

Campus

Jornal-laboratório do
Departamento de Comunicação da UnB

Nº 83
de 7 a 14 de Novembro de 1985

RUBENS REBOUÇAS

Onde se meteram os alunos?

A única coisa que faltou na Mostra de Trabalhos dos Estudantes da UnB (MTEU) foi o público. O resto estava ótimo: seminários científicos, exposições de fotografia, poesia e artes plásticas; apresentações de teatro, dança e música. Nas páginas 6 e 7, um ensaio sobre o MTEU.

Trabalho e liberdade sindical

Joaquinzão e Jair Meneguelli, presidentes da CONCLAT e da CUT, respectivamente, discutem no **Campus** uma questão fundamental para os trabalhadores: a adesão ou não do Brasil à Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho. O que está em jogo é a liberdade de organização (em cada categoria, mais de um sindicato) e o fim da contribuição sindical compulsória. Como não poderia deixar de ser, CUT e CONCLAT divergem sobre o assunto: Jair é a favor e Joaquinzão é contra. Veja nas Páginas 10 e 11.

Ceilândia, a nossa Baixada

Banditismo, malandragem, violência e miséria. O quadro está completo. Não falta nada para o brasiliense saber que o DF também possui a sua Baixada. Os repórteres do **Campus** passaram um dia na 15ª Delegacia de Polícia, na Ceilândia, e contam o que viram na página 9.

Brasília ampara os que vêm de longe

Página 5

MEIO

Greve de 24 horas nos jornais locais

MARCELO FEIJÓ

O Campus cumpre neste espaço sua função mais importante, isto é, levar aos seus leitores a informação que não é veiculada pela grande imprensa. Desta vez isto ocorre por motivos bastante práticos: porque não interessa aos donos dos órgãos de comunicação divulgar.

A recentemente criada Intercom; resultado da união dos Sindicatos dos Gráficos, dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão, dos Empregados na Administração das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas dos Publicitários e dos Jornalistas do Distrito Federal; decidiu, com 75% dos votos a favor, paralisar as atividades dos jornais locais por 24 horas, em data a ser estabelecida. Esta medida é uma resposta à decisão dos patrões de não aceitar as reivindicações dos trabalhadores. Os patrões aceitaram conceder os 100% do INPC, exigência esta aliás já aceita

por quase todas empresas do País, no entanto permanecem irredutíveis na negociação dos outros quesitos da proposta, decidida em assembléia geral da Intercom. Os pontos em negociação são a trimesalidade do reajuste salarial, a reposição salarial de 50%, a manutenção do nível de emprego, o reconhecimento das comissões de empresa e a fixação de um data única para reajuste salarial.

O brasileiro só se livrará do mal-estar de ficar um dia sem o seu jornal caso os patrões sejam mais maleáveis nas negociações que se desenvolverão por estes dias. Uma melhor remuneração para os profissionais da informação certamente melhorará o nível do jornalismo local, podendo trazer grandes benefícios aos leitores, aos trabalhador e até mesmo aos patrões. A Intercom pede a compreensão da população nesta luta por melhores condições de trabalho, prometendo mantê-la informada, pelos meios possíveis, do desenrolar das negociações.

Campus premiado por eficiência

NICOLAU EL-MOOR



“

No histórico dia 25 de outubro de 1985 este ágil e prestigioso jornal foi agraciado com o famoso troféu PICARETA 85. Como a Redação estava inexplicavelmente vazia na hora da entrega do prêmio, fica aqui registrada nossa homenagem e nossos votos para que vocês mantenham o pique!”

Profundamente sensibilizados com a anônima homenagem prestada ao Campus, que depois de 15 anos na luta pela boa informação teve finalmente reconhecida sua eficiência, nossa equipe agradece de coração.

A Redação

”

Eleição x Indicação

A Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, de Uberaba, está em greve desde 22 de outubro porque o Ministro da Educação, Marco Maciel nomeou e empossou como Diretor daquela Faculdade o Dr. Nilson Camargo Roso, repudiado pela comunidade universitária por representar a antiga administração. Suzana Silveira, do Diretório Acadêmico, disse que desde junho, quando a Congregação da Faculdade enviou ao MEC a lista sextupla encabeçada pelo Dr. Nilson, a comunidade está mobilizada para fazer valer o nome do Dr. Waldemar Hlal, que recebeu 54,75% de votos na eleição direta com participação paritária. (Sandra Sato)

A Inércia do Movimento Estudantil

Aprovada e sancionada a lei que reconhece a UNE e garante aos estudantes “de nível superior” o direito à organização em CAS, DCEs etc. Não resta ao “movimento” estudantil qualquer empecilho legal para que ele se “mova”. Pelo contrário, se depender da lei, o ME poderá não só se mover como também se multiplicar (a exemplo do movimento

sindical, que tem a CUT e a CONCLAT, o ME também poderá ter mais de uma “UNE”).

E de esperar que nossos “líderes”, agora, depois de conseguirem o reconhecimento do Estado, tenham a mesma sorte com a Sociedade, especialmente com sua parcela dita “estudantil”. (Cláudio Brandt)



As dificuldades do EDF

Na edição nº 81 do Campus (p.5) foi publicada matéria sob o título **Esporte Comunitário**: o maior apoio vem do CEUB. Em primeiro lugar um reparo no título. **Esporte Comunitário** é denominação legal de uma das divisões do atual Sistema Desportivo Nacional, e é desenvolvido através dos Clubes, Federações e Confederações Desportivas voluntárias.

O CEUB oferece atividades esportivas à comunidade e, neste particular, há que se elogiar o esforço que esta instituição vem desenvolvendo em benefício da comunidade que o cerca, em especial dos meninos carentes das suas redondezas.

O Departamento de Educação Física da UnB/EDF, oferece continuamente atividades de Condicionamento Físico, Musculação, Ginástica Feminina, Polo Aquático, Natación, Handebol, Atletismo, onde, além dos alunos, funcionários e professores, pessoas estranhas à UnB podem se inscrever como convidados. Além desses cursos diversas equipes fazem seus treinamentos de Vo-

leybol, Basquetebol, etc. Nossas instalações têm utilização plena todos os dias da semana, inclusive sábados e domingos. Nosso Conjunto Aquático é o que apresenta o maior número de frequentadores entre todos do Distrito Federal.

As **escolinhas**, como são popularmente chamados os cursos do tipo do CEUB, não estão sendo oferecidas atualmente devido ao número insuficiente de professores para atender as tarefas do EDF. Somos atualmente dez professores, com mais quatro afastados para aperfeiçoamento e licença prêmio, que são poucos para atender o curso de Educação Física; estes mesmos professores atendem ainda em média 1500 alunos distribuídos em 50 turmas.

Num primeiro momento, precisamos triplicar ou quadruplicar o número de professores para atender a demanda das atividades de ensino extensão e comunitária. A situação do EDF, se não é pior, muito se assemelha com a do curso de Enfermagem, quanto ao número de professores; de acordo com as declarações da Coordenadora do Curso, Professora Rossi,

publicadas no mesmo Campus 81, p.4.

Apesar das dificuldades, o EDF tem procurado atender, na medida do possível, às atividades de extensão. Não negamos a cessão das instalações, quando solicitadas, para a realização de eventos esportivos e para a comunidade, ou mesmo para simples passeios como o que ocorreu domingo, dia 20 de outubro, com a visita de um grupo de alunos do Centro de Ensino nº 04, do GAMA/FEDF, dentro do programa **Um Domingo no C.O.**

Aproveito a oportunidade para convidar os redatores do Campus, bem como os demais interessados, para virem ao C.O. para constatarem a intensa movimentação e a ocupação plena de nossas instalações nas atividades de extensão. E só aparecer por aqui entre seis e oito horas da manhã, ou doze e quatorze horas, ou ainda das 18 às 24 horas. Só não é maior a frequência no horário noturno porque o C.O. não está ainda convenientemente iluminado.

Renato Garcia Nobrega
Chefe de Departamento do EDF

Campus

Jornal Laboratório do Departamento de Comunicação da UnB;
Editor Geral: Carlos Augusto Setti;
Secretário de Redação: Hélio Doyle;
Editoria de Arte: Maria Rita Leal e Chico Amaral
Composição, Impressão e Revisão: Correio Brasileiro
Editores: Flávio Silveira, Marina Godol, Milton Cintra, Otávio Veríssimo (UnB); Ana Teresa Vieira, Nicolau El-Moor, Maria de Lourdes Tavares (Comunidade); Ana Paula Araripe, Luís Carlos Queiroz (Especial); Catarina Guerra, Cláudio Brandt, Glória Carvalho (Nacional); Cláudio Ferreira, Cynthia Rosa, Idhelene Macedo, Suzanné Sobral (Cultura); Carlos André, Joyce Russi, Rosani Aparecida, Zella de Freitas (Ciência); Cláudio Ferreira e Idhelene Macedo (Opinião).

Repórteres: Marcelo Feijó, Margarette Vitória, Margareth Marmori, Perla Alves, Regina Celi, Sandra Sato (UnB); Denise Sá, Fábio Guimarães, Maria Cacilda Benevides (Comunidade); Sandra Machado (Especial); Adélia Fernandes, João Paganini, Júlia Cláudia, Marluce Paulista, Reinaldo Freitas (Nacional); Francisco Henrique, Hélio Franco, Heloisa Hela (Cultura); Cláudio Lemos, Martha Faria, Shirlene Costa (Ciência).
Fotógrafos: Ana Paula Padrão, Cecília Maria, Cláudio Reis, Cynthia Rosa, Luiz Carlos Queiroz, Marcelo Feijó, Nicolau El-Moor, Rubens Rebouças, Reinaldo Freitas, Suzana Dobal.
Laboratorista: Jeová Xangô;
Ilustrações: Adriano Vale, Flávio Silveira, Francisco Henrique, Humberto Junqueira, Pedro Henrique.

Futuro da UnB está ligado à informática

A criação de uma política de Informática na UnB é a proposta da Comissão criada pela Administração do reitor Cristovam Buarque. Segundo ele mesmo afirmou, deve-se "aproveitar o momento da Universidade, da ciência em si e do país, para informatizar a UnB". A comissão de convênios tem como meta a simplificação da aplicação dos recursos e da utilização de convênios e a redução da participação da APC.

MILTON CINTRA

Traçar as linhas básicas das diretrizes que deverão nortear a política da informática da UnB, nos próximos 10 a 15 anos. Este era o objetivo da Comissão Provisória de Informática, criada na gestão anterior, do professor Luiz Otávio.

Com a posse do novo reitor, Cristovam Buarque, formalizou-se definitivamente a Comissão de Informática e em função de interesses manifestados por diversos Centros de Custos e Institutos, dobrou-se o número de membros participantes.

Segundo o Coordenador da comissão, Marco Antonio P. Werneck Rodrigues, na retomada dos trabalhos o reitor Cristovam fez algumas colocações: "Aproveitar o momento da Universidade, da ciência, em si e do país, para informatizar a Universidade". Da comissão, disse Werneck, o reitor queria o como isso seria feito e ainda se referiu à atual conjuntura do governo favorável a essa informatização.

Atualmente, conforme Cristovam, a informática é um dos fatores mais importantes da Universidade moderna e, no momento há alguns recursos para investir e ele assume a tarefa de angariar mais recursos junto às instituições.

Da Comissão de Informática participam alguns Departamentos e órgãos administrativos da UnB, como a APC. Durante os trabalhos, levantaram-se as seguintes questões, segundo o coordenador Werneck: 1) Solicitar às partes um plano setorial de informática; 2) a necessidade da cobertura dos Departamentos não representados na comissão. Nesse sentido, está

programada uma consulta à comunidade através de questionário; 3) foram detectadas dificuldades do pessoal da administração na discussão do tema e, para saná-las, a Comissão de Informática está organizando um Seminário sobre "Política de Informática na UnB". Para Tânia Moreira da Costa, representante da Assessoria de Planejamento e Controle, esses são os primeiros passos para a descentralização da área de informática na UnB.

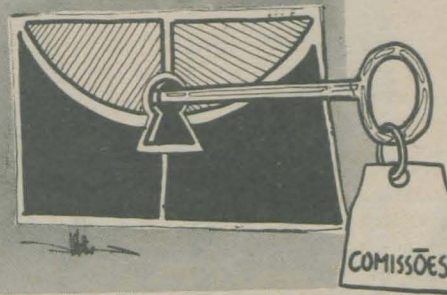
Sobre o critério de escolha dos membros da Comissão, Tânia Costa acha que o objetivo seria dar maior representatividade, ou melhor, maior participação de pessoas envolvidas com a área. E o professor, Leonardo Lazarte, do Departamento de Matemática e também dentro da Comissão, fez ressalva de que não são representantes e sim pessoas "pinçadas".

Sobre o acesso do corpo docente e discente dos dados e recursos do computador da UnB, o coordenador citou que, só é permitido ao pessoal mais interessado, mas a idéia é de se ampliar a participação.

CONVÊNIOS

Já a Comissão sobre os Convênios, coordenada pelo professor Waldenor Barbosa da Cruz, da Biologia Celular, tem como meta a elaboração de estudos visando à simplificação da aplicação dos recursos provenientes de convênios.

Foram detectados durante os trabalhos três pontos básicos: 1) a simplificação operacional de acessos aos convênios; 2) a revogação da taxa de participação e 3) a revogação da taxa de administração. Pensando nisso, continua Waldenor Barbosa,



alguns pontos foram definidos, como o aumento de participação dos Departamentos na elaboração e execução dos convênios, ao mesmo tempo que se reduz a decisiva participação que tinham órgãos como o APC. A idéia é que todos os trabalhos fiquem centrados nos Departamentos ou nas Cidades. Outro ponto definido é a eliminação ou redução das taxas de participação e de administração, que se mostram inoperantes.

Para o coordenador Waldenor Cruz, a análise dessas questões vai provocar transformações a nível operacional, já que os princípios, a filosofia, não serão mudados. Todas essas idéias, arremata ele, ficaram claras quando da reunião de convocação da Comissão sobre os Convênios, presidida pelo atual reitor, que pretende acompanhar de perto seus trabalhos.

Sanados esses problemas de ordem operacional, prossegue Waldenor Cruz, acredita-se que ocorra um aumento do número de convênios, pois estarão eliminados alguns problemas que as pessoas tinham que enfrentar.

Sobre a iniciativa dos convênios, Waldenor disse que, na sua maioria, é dos Departamentos. Normalmente, quando uma instituição dá dinheiro à UnB para a execução de um projeto, geralmente esse dinheiro vem ligado a um pesquisador ou a um grupo deles. E a credibilidade que o professor tem que, na realidade, gera o convênio.

Como se dá a avaliação dos resultados de um convênio? Existe uma avaliação a médio e longo prazo? O coordenador da Comissão de Convênios fez um balanço do processo de avaliação de um convênio. Pa-

ra ele, o que acontece que algumas instituições, nos relatórios finais, têm um tópico sobre a avaliação, mas é uma auto-avaliação. Assim, o professor executava o projeto e ele mesmo avaliava. Evidentemente, diz o professor, a gente procura ser honesto, mas existe sempre uma dificuldade de ser totalmente imparcial. A proposta agora é que no fim do projeto ele seja avaliado a nível de Departamento. O executor preenche o relatório final, submete-o ao Departamento, que designa um professor da área que emite seu parecer e isso passa a ser analisado a nível de Departamento; provocando um julgamento mais amplo.

"A pergunta que fica é se o projeto foi executado e o seu objetivo atendido. Qual a consequência desse objetivo dentro da sociedade? Citando dois exemplos, o professor Waldenor fez um relatório que parece justificar a necessidade de uma avaliação mais ampla. Faz pouco tempo, que ele desenvolveu um método de produção de hormônio para o crescimento. "Como foi que isso influiu, eu não sei na realidade. Esse projeto terminou em 1978 e de lá para cá eu não sei (...). Eu sei que o resultado foi aquém do esperado, pois envolve órgãos humanos e tem uma série de dificuldades operacionais. Mas se você quiser que eu dê um resultado do impacto dessas investigações no ambiente das pessoas que têm esse tipo de doença, eu não sei dizer. Isso é que seria bom que a universidade pudesse fazer".

O outro exemplo também justifica uma avaliação mais ampla dos convênios e caracteriza o que os franceses chamam de Tecnologia Perversa. Em seu relato, o coordenador da comissão contou que certos objetivos que, a priori, se mostram adequados e depois se mostram realmente desastrosos. E o que aconteceu numa pequena vila grega onde não havia água potável, tinha um poço mas ele foi contaminado. Então a ONU resolveu colocar água encanada e saneou tudo. Quem podia, a priori, prever que isso podia ser maléfico? Mas o resultado é que desintegrou a vila, acabou toda a vida social que girava, fundamentalmente em torno do poço. O negócio foi desastroso. Eles passaram a ter água limpa, um sistema de saneamento, mas serviu de desintegrador daquela sociedade. E o exemplo típico de tecnologia perversa. Seria constatar, a posteriori, que a água considerada vital, originou a desintegração da sociedade. E um caso extremo, cita o professor Waldenor, mas ele gostaria de saber qual o impacto do trabalho que se tem feito na universidade tem provocado na sociedade? Se o projeto é tecnológico e você não sabe o impacto, nunca vai saber se valeu ou não todo o trabalho. É uma coisa que mais cedo ou mais tarde a gente tem que considerar isso na universidade. Qual o impacto que o trabalho desenvolvido nas universidades provoca na sociedade?

NICOLAU EL-MOOR



Vladimir e o Samburá: "Teotônio" é reconhecido como contribuição ao cinema

Tigipió e Evangelho premiados em Fortaleza

MARGARETH MARMORI

O Festival de Fortaleza do Cinema Brasileiro, realizado entre os dias 20 e 26 de outubro, contou com a participação dos professores e cineastas do Departamento de Comunicação Pedro Jorge, idealizador e diretor do evento, e Vladimir Carvalho com o filme *O Evangelho Segundo Teotônio*. O longa-metragem *Aqueles Dois* e o curta *Frei Tito* foram os grandes vencedores do Festival em que compareceram Luís Carlos Barreto, Silvio Tandler, Denoy de Oliveira, Carla Camurati, José Dumont, entre outros.

Promovido pelo Governo do Estado do Ceará, pela Embrafilme e por vários hotéis de Fortaleza, esse Festival, segundo Pedro Jorge, "faz parte uma ação que estamos desenvolvendo há algum tempo". Nesse trabalho incluem-se a realização, no ano passado, do Seminário de Cinema e Literatura com Nelson Pereira dos Santos, Ermanno Pena, Valtier Lima Jr., Alex Viana, Márcio de Souza e Eduardo Penuela e a criação da coleção *Quadro a Quadro* destinada a editar roteiros de filmes brasileiros dos anos 50 a 60.

Além da mostra competitiva no Cinema São Luís "1420 lugares sempre lotados" foi realizada uma série de seminários que abordaram temas

como Fotografia no Cinema, Cenografia e Figurino, Roteiro e Direção e a Questão da Terra no Cinema.

O Evangelho Segundo Teotônio recebeu o prêmio de melhor som, a cargo de Walter Rogério e Francisco Pereira. Vladimir considera esse prêmio um "reconhecimento ao esforço que os dois fizeram durante a realização do filme em condições muitas vezes precárias, viajando apressadamente para acompanhar os passos do exenador. Vale lembrar que justamente Chico Pereira, um dos novos valores de Brasília, foi um dos agraciados com esse prêmio". O filme também recebeu o *Prêmio Samburá*, conferido pela Fundação Demócrito Rocha de Fortaleza, em função da contribuição de Vladimir Carvalho, através de *O Evangelho Segundo Teotônio*, ao desenvolvimento do cinema brasileiro e uma menção especial do Festival pelo registro da redemocratização do país. Apesar de não ter participado da mostra competitiva, o último filme de Pedro Jorge, *Tigipió*, recebeu do Governo do Estado do Ceará o Prêmio Iracema. Em dezembro, Tigipió participará do Festival de Havana a convite da Comissão de Seleção deste festival. Pedro Jorge falará em Cuba sobre a produção cinematográfica do Nordeste e a importância desta região para o cinema brasileiro.

Foram
dois erros
de quem
tá louco
para perder

NICOLAU EL-MOOR

Marketing salvaria PMDB paulista

OTAVIO VERISSIMO

SANDRA SATO

Se o PMDB tivesse lembrado que tinha Mário Covas como um grande candidato e que Fernando Henrique, apesar de muito capaz, não tinha força dentro da estrutura partidária, não teria incorrido no erro que está colocando o partido numa situação difícil em São Paulo. Usando este exemplo, o jornalista e publicitário Mauro Salles procurou demonstrar aos alunos de Pesquisa de Opinião e Mercadologia, do Departamento de Comunicação, que a maioria dos partidos só recorre ao marketing político na hora da eleição.

"Foram dois erros de quem tá louco pra perder", prosseguiu. "Permitir que a questão da descompatibilização impedisse uma candidatura natural como a de Mário Covas e não avaliar corretamente a força de Fernando Henrique dentro da estrutura partidária. A campanha virou um monumental saco de gatos. Um líder como Samir Uchoa encontra-se na Síria e só volta no dia 10. Apenas recentemente Orestes Quercia definiu seu apoio até mesmo o secretariado Montoro não parece decidido a um apelo com maior ênfase. E imaginar que o Fernando Henrique terá um desempenho formidável. Ele não poderia estar disputando, deveria estar muito na frente".

IMPORTÂNCIA

Mantendo-se, deliberadamente, dentro dos limites de uma aula, Mauro Salles procurou explorar o conceito de marketing e sua aplicação no campo político. Resaltando que política também é arte de falar e ouvir, criticou: "os candidatos querem fazer política apenas falando, não se preocupam com o essencial, ou seja, a arte de ouvir, que foi minimizada e até eliminada na história do país. No Brasil faz-se pouca pesquisa e seus resultados são ainda menos utilizados. Excetuando-se as pesquisas do tipo 'termômetro eleitoral' as demais como tendência e opinião do eleitorado são relegadas ao segundo plano. Marketing político não é somente propaganda e promoção mas deve ser visto como um instrumento de apelo ao longo do processo, desde a organização política dos partidos, o estímulo de lideranças à organização da campanha eleitoral".

TANCREDO

O fato de ter sido o coordenador da campanha de Tancredo Neves permitiu que Mauro Salles utilizasse algumas passagens de caráter pitoresco para enfatizar aspectos de marketing, concluindo: "Quando Tancredo começou, ele estava contra quem tinha o poder, a força, a juventude, o histórico de vitorioso, o casuísmo de Moacir Dalla e o regime, de repente, contra todas essas coisas, foi possível ganhar. E bem".

DIALOGO



Curso para inglês ver

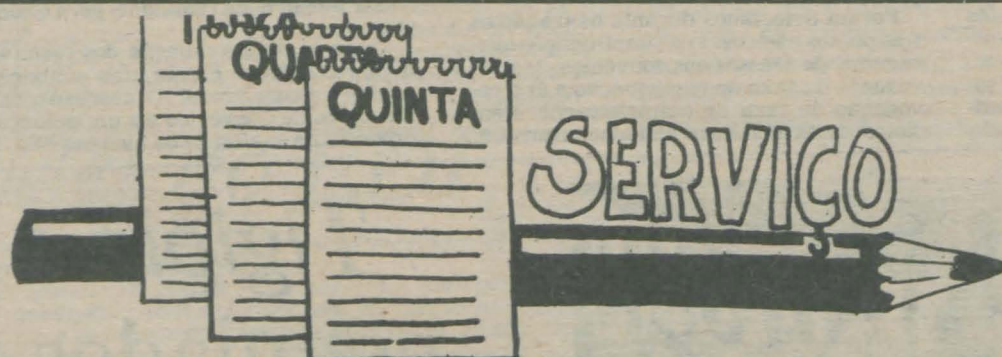
MILTON CINTRA

O servidor Fernando Gonçalves de Menezes quer maiores informações sobre um curso de inglês para funcionários, que foi oferecido pelo Departamento de Letras e Linguística. Ele alega que, mesmo trabalhando na secretaria do Departamento de Biologia Celular, não recebeu nenhum documento de divulgação ou informação sobre o curso.

De acordo com a resposta da Coordenadora do curso, a professora Helena Chaves da Graça, o que aconteceu é que foi montado um curso para promover as atividades do estágio supervisionado de inglês. Acontece que a procura foi grande e, em cima da hora, a atividade de estágio foi transformada em curso de Extensão. Por esse motivo não houve tempo para uma maior divulgação. Mesmo assim ela foi feita através de "filipetas" e ao todo foram distribuídas 1500 fichas de inscrição pelos alunos. Atualmente, participam do curso de inglês 100 alunos-funcionários e a duração será de 30 horas.

A professora Helena Chaves acrescenta que, devido a procura, é intenção do Departamento continuar esse tipo de atividade no próximo semestre e até aumentar o número de turmas.

Não fique por fora.
Saiba de tudo
que irá acontecer na
UnB. Palestras, cursos,
exposições,
encontros...



Curso de Introdução à Fotografia

Período: 5 de novembro a 12 de dezembro
Local: Laboratório Fotográfico do Desenho
Horário: 14 às 18 horas 3ªs e 5ªs feiras
Inscrições: DAA
Taxa: 60 mil (comunidade)
20 mil (alunos da UnB)
Professora: Luiza Venturelli
Curso de Propedêutica à Escultura
Período: 18 de novembro a 21 de dezembro
Local: Departamento de Desenho - Ateliê-Prédio SG 1
Horário: 14 às 17 horas
Inscrições: DAA (10 vagas)
Taxa: 300 mil (comunidade)
50 mil (alunos da UnB)
Professora: Mary Vieira

Ateliê livre de Litografia

Período: 4 de novembro a 19 de dezembro
Horário: 14 às 18 horas — 3ªs e 5ªs feiras
Inscrições: Secretaria do departamento
Taxa: 300 mil
10 vagas
Ateliê Livre de Gravura em Metal
Período: 4 de novembro a 20 de dezembro
Horário: 8 às 12 horas 6ª feiras
Inscrições: Secretaria do Departamento de Desenho
Taxas: duas parcelas de 40 mil
Podem se inscrever alunos: que já tenham cursado Técnicas e Gravura 4 e pessoas que te-

tenham experiência na área. (7 vagas)

Cometa Cenas

Período: 7 a 8 de novembro
Horário: 10 às 12 horas/ 20 às 22 horas
Local: Departamento de Desenho
Apresentação de 8 trabalhos incluindo teatro e dança.:
Curso de Mestrado em Direito
Área de Direito e Estado
Prova de Seleção: 9 a 11 de dezembro
Local: Departamento de Direito
Inscrições: 4 a 29 de novembro
GEOLOGIA
Curso de Extensão: Métodos de Análises de Rochas
Período: 14 às 18 horas.

Local: Laboratório de Geoquímica

—Aulas práticas e teóricas sobre Análises Químicas e Físicas de Rochas

1º Exposição de Espeleologia do Grego

Período: 4 a 18 de novembro
Local: Biblioteca Central da UnB

ODONTOLOGIA

1º Simpósio de prótese da Faculdade de Saúde

Período: 21 a 24 de novembro
Horário: 8 às 18 horas

Local: Auditório 3 da Faculdade de Saúde

Inscrições: CA de Odontologia, até o dia 10/11

LETRAS

Seminário: Fernando Pessoa em Debate

Período: 11 a 14 De novembro
Informações no Departamento de Letras

Curso de Literatura Comparada: Teoria das Relações Interculturais e Identidades Nacionais

Período: 4 a 8 de novembro

Horário: 10 às 12 horas

Local: Auditório II Candangos

Inscrições: Departamento de Letras

Seminário: A Universidade Brasileira e a Constituinte

Período: 20, 21 e 22 de novembro

Horário: manhã e tarde

Abertura dia 20/11 com a presença dos decanos, reitor e o Ministro da Desburocratização Paulo Lustosa. O seminário abordará temas como "A história recente da Universidade Brasileira", "Universidade e Democracia", "Universidade e Constituinte".

Simpósio: IV Simpósio sobre doenças sexualmente transmissíveis no Brasil Central — XIX Reunião dos Dermatologistas do Brasil Central — II Jornada de Entidades Dermatológicas e afins

Período: 7 a 9 de novembro

Local: Departamento de Medicina Complementar

RUBENS REBOUÇAS



"Migração não é problema para o sistema, porque é mão-de-obra estocada"

Geração de renda, uma nova política

MARIA DE LOURDES DUARTE TAVARES

Com os novos projetos para incrementar a construção civil em Brasília, é inevitável o aumento do contingente de migrantes em direção à cidade. São milhares de pessoas predestinadas a se somar a outras tantas e que irão enfrentar inúmeras dificuldades, como desemprego e falta de moradia. Apenas nos primeiros seis meses deste ano, 6.345 migrantes chegaram ao Distrito Federal e se dirigiram aos Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (Cetremi), que funcionam como postos de atendimento da Fundação de Serviço Social. Esse número, porém, é ainda maior, pois o cadastro dos Cetremi não inclui como migrante pessoa com mais de três meses na localidade, nem tampouco tem condições de registrar quem vem para Brasília e não procura de imediato o auxílio da Fundação, como é o caso dos que ficam em casa de parentes.

Maria de Lourdes Abadia Bastos, Diretora-Executiva da Fundação do Serviço Social e ex-Administradora da Cellândia, considera que dois fatores "atraem tremendamente a migração: a construção civil e a distribuição de casas. Os moradores escrevem para os familiares e, então, a cidade incha". Mas como Brasília não oferece o que eles procuram, "Os migrantes acabam marginalizados, debaixo da ponte."

Apesar de um Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas que prevê, textualmente, a "atuação sobre os determinantes do deslocamento, através da ampliação de oportunidades de trabalho e de elevação de renda da população carente", a política de migração só é efetivada na minimização das consequências. Ou seja, não se alteram as condições de distribuição de renda, apenas se executa o assistencialismo. Nesse sentido, a atual diretoria da FSS pretende algumas modificações. Não são mudanças profundas, mas possibilitam ao migrante novas formas de subsistência, enquanto não chega a verdadeira solução. Maria de Lourdes tenciona colocar postos de atendimento nas

entradas da cidade, para fazer a triagem na geoeconômica do DF e encaminhar o migrante a cidades onde possa ser absolvido na área rural ou em pequenos trabalhos. Outra alternativa é a criação de áreas agrícolas, nas quais "o albergado transforma sua atividade em renda. Essa experiência está sendo feita no albergue de Sobradinho pela primeira vez". No entanto, a maior ênfase dada pela diretoria da FSS é na geração de renda. Segundo ela, "a Fundação reforçaria as opções criadas pela comunidade. Indústrias familiares de vestuário, sabão, amendoim, pipoca, pastel... são formas de gerar renda que já estão sendo feitas, mas sem controle, sem fiscalização de saúde". Nos objetivos de Maria de Lourdes Abadia, a Fundação poderá orientar o produtor e conseguir postos de venda ou instituições onde seja vendida a produção da migrante.

No Distrito Federal e dentro do alcance da Fundação Serviço Social essas são algumas medidas que pretendem minimizar o problema. Mas as causas da migração não foram atingidas. A solução está teoricamente no Programa de Migração, PROMIC, documento aprovado em 1980 pelo Ministério do Interior e Secretaria de Planejamento da Presidência. De acordo com Ilma Moreira, no momento Coordenadora do PROMIC no DF, o Programa "não precisa ser alterado, mas sim colocado em prática, já que objetiva a redistribuição de renda e a criação de emprego". E acrescenta: "Só foi executada uma política de atendimento emergencial, enquanto o verdadeiro causador da situação, o sistema econômico com grandes disparidades sociais, manteve-se inalterado. Na verdade, dentro deste sistema a migração não consiste num problema, porque é mão-de-obra estocada". A idéia de alteração no modelo econômico prevê a reforma agrária, com a qual Ilma concorda ser uma forma de impedir a migração. Maria de Lourdes, porém, acha que a questão não se restringe a dividir a terra. Para ela, "todo mundo fala na posse da terra, na posse da terra. Mas

se estamos pensando na produção, na distribuição de renda e na justiça social temos que pensar também em financiamento, apoio, orientação, educação e saúde. Enfim, dar condições, no local de origem, para que as pessoas não recorram à migração".

ATENDIMENTO AO MIGRANTE

Atualmente, o migrante que chega a Brasília recebe orientação da Fundação do Serviço Social, no sentido de providenciar sua documentação, procura de emprego e, no caso de solicitação, é encaminhado a um albergue e recebe assistência financeira. Este processo se repete constantemente e, segundo Célvora da Costa, chefe do Cetremi do Plano Piloto, localizado na Rodoviária, o imigrante vem atraído "pelo bom equipamento nas áreas hospitalar e educacional, deficiente nas regiões de origem, principalmente do Nordeste." Por estatísticas do PROMIC, 38% dos migrantes vieram do Nordeste e 31% do Sudeste, somente no primeiro semestre de 1985. No entanto, ao contrário do que geralmente se pensa, cerca de 80% vem de área urbana, sendo que destes, segundo Célvora, a maioria tem origem rural.

Em razão de já ter passado por outras cidades, a maior parte dos migrantes não sente grandes dificuldades de adaptação do meio urbano, apesar de Célvora considerar que, mesmo assim, "enquanto na área rural ele é o Sr. Fulano de Tal e tem uma identidade, aqui ele é mais um no meio da multidão". Mas além das dificuldades encontradas pelos outros migrantes, alguns sentem ainda problemas de comunicação. Uma assistente Social da Fundação conta o caso de rapaz migrante que procurou um Cetremi e foi encaminhado a um albergue. Lá recebeu também orientação de procurar emprego no SINE e, se não conseguisse, tentar um biscoito. Tempos Depois ele aparece limpo, bem vestido e arrumado, agradecendo o conselho da assistente social. Tinha encontrado uma mulher que deu todo aquele jeitinho nele. E que, na região de onde ele vinha, biscoito não era "bico" e sim "programa".

MIGRAÇÃO

Comunicação é mais uma dificuldade

FABIO GUIMARÃES

Se muitos são os problemas enfrentados pelos migrantes que aqui chegam na Capital Federal, ainda existe um outro nem sempre percebido, que é a questão linguística. Sendo Brasília a cidade que congrega uma população oriunda dos mais diferentes estados brasileiros, é fácil notar os inúmeros sotaques e a acentuada diferença no falar dos cidadãos. Agora, se a pessoa vem de uma região pobre e subdesenvolvida como milhares existentes em nosso Brasil, você pode estar certo que as dificuldades de comunicação são imensas.

Tais dificuldades são observadas no trabalho realizado pela professora Stella Maris Bortoni Ricardo, Chefe do Departamento de Letras e Linguística da Universidade de Brasília (UnB), onde ela e sua equipe trabalharam por três anos com migrantes residentes em Brasília e vindos da região do Alto Paranaíba, Minas Gerais. Estudar o processo de acomodação dos migrantes ao modo urbano em uma perspectiva sócio-linguística foi a maneira pela qual a professora Stella conduziu a sua pesquisa.

Em primeiro lugar, constatou-se que era a mulher quem mais sofria o problema linguístico, devido principalmente a falta de integração ao meio urbano, já que ela estava afastada do mercado de trabalho. Dois diálogos entre um estudante e uma senhora da comunidade dão a idéia exata de como ocorre esse problema:

Primeiro diálogo:

Pergunta: A senhora esteve presente nas duas últimas reuniões da novena?

Resposta: Não. (A filha intervém: a senhora não foi?)

Resposta: Tive na reunião, mas não ganhei presente.

Segundo diálogo:

P: D^a Maria, nos próximos dez anos o que a senhora pretende fazer?

R: Dez anos agora ou...

P: E, nos próximos dez anos.

R: Prá trás?

Estudante: Não, daqui prá frente.

Já os jovens dessa comunidade apresentam um comportamento linguístico e cultural de tendência homogeneizadora, isto é, por meio da escola e do contato dia-a-dia com seus colegas, estas pessoas adquirem um falar "mais correto" perdendo aos poucos aquela fala caipira, típica dos pais. Outro problema notado nesse trabalho foi quanto ao aspecto da mobilidade espacial do migrante, que é muito baixa, ou seja, ele está isolado dos eventos urbanos como shows, paradas, etc. O contato dessa comunidade com os meios de comunicação de massa também foram avaliados e chegou-se aos seguintes números: 67% sofrem a influência do rádio, 42% da televisão e apenas 15% de revistas e jornais. Mas é preciso esclarecer que a linguagem dos meios de comunicação nem sempre é acessível a esses grupos.

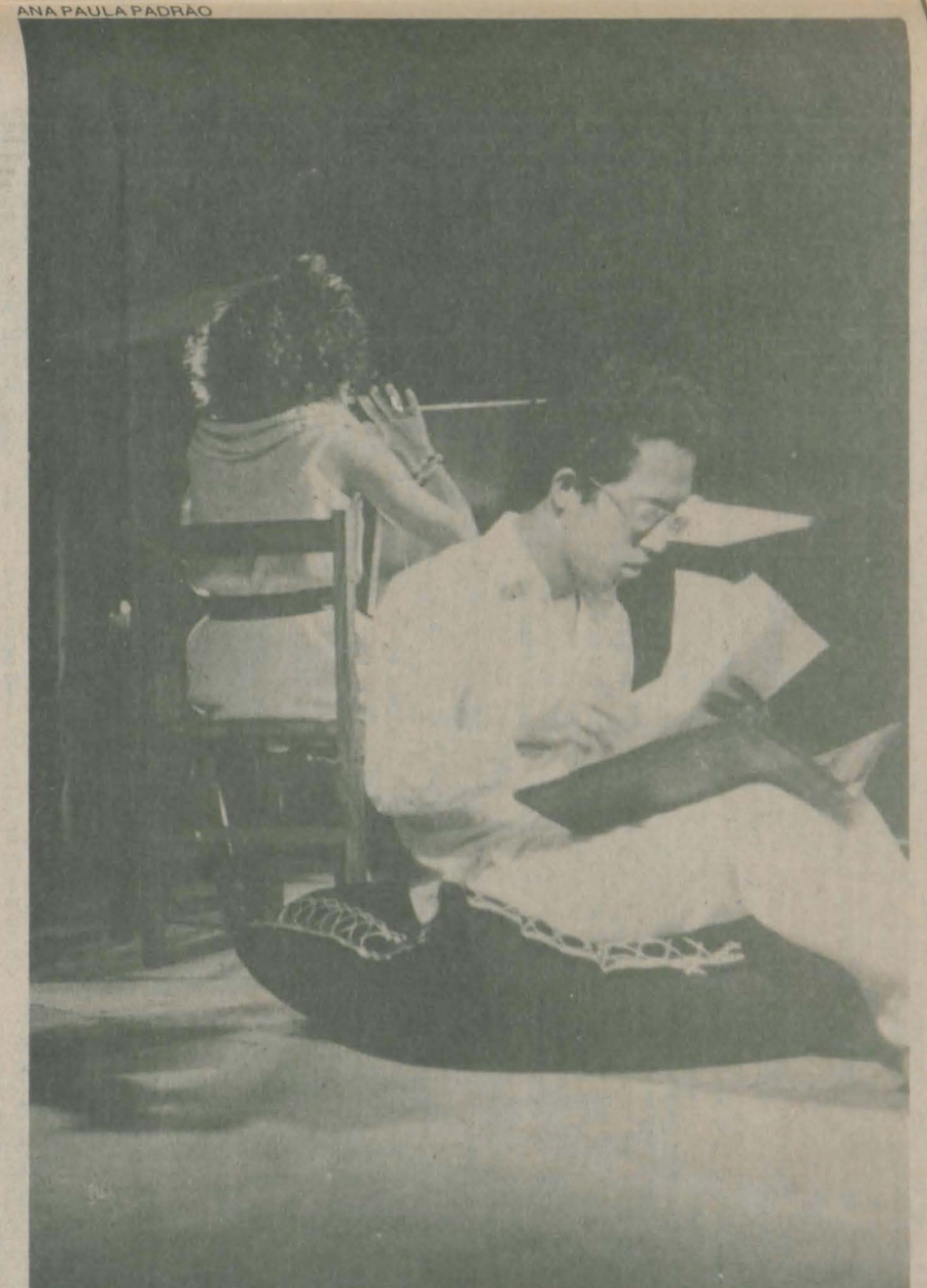
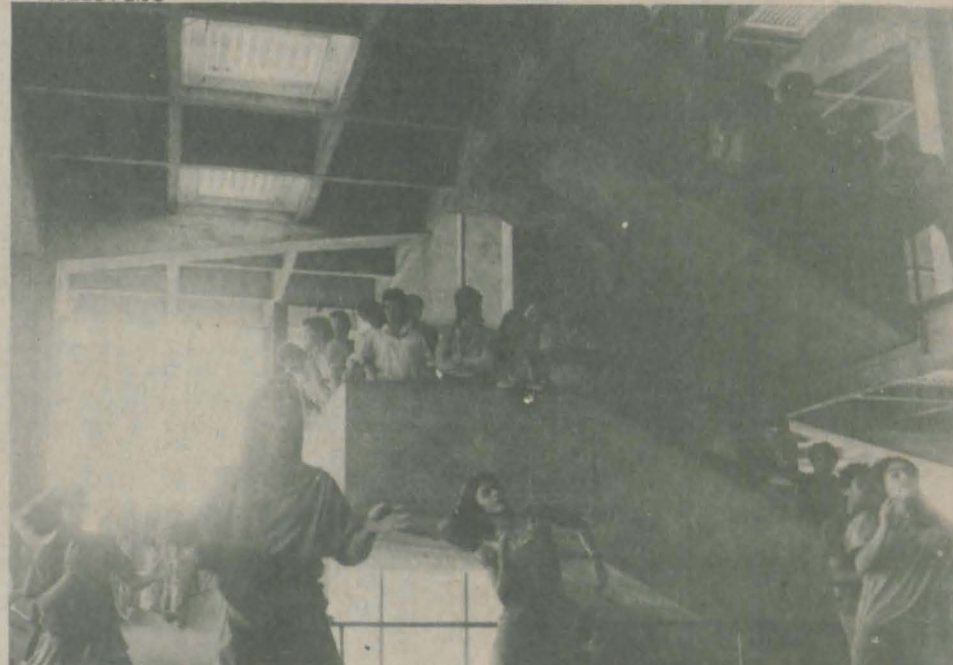
Terminado este trabalho, a professora Stella Maris começa agora a pesquisar as dificuldades da classe baixa com a burocracia. E que Brasília se torna muito peculiar neste aspecto, pois é aqui que se encontra todo um aparelho burocrático governamental. Muitas são as informações que o cidadão precisa ter diariamente, seja num posto de INPS ou em uma agência bancária. O que ocorre são os encontros assimétricos, isto é, de um lado o informante, com o seu vocabulário urbano, do outro o migrante, com o seu linguajar caipira. A confusão está formada. Como haver entendimento entre as partes se o universo linguístico de um é tão diferente do outro. E Stella resalta: "O cidadão que não domina a língua dita culta também tem direito a informação. Ele tem padrões culturais diferentes, mas é um cidadão brasileiro, e tem o direito a participação".



MARGARETH MARMORI
SANDRA SATO



MARCELO FEIJO



ANA PAULA PADRAO



O estudante da UnB gosta mesmo é de festa e se interessa muito pouco por trabalhos acadêmicos, música, teatro ou cinema. Conclusão apressada? Bem, a festa de encerramento da MTEU (Mostra de Trabalhos dos Estudantes Universitários) foi um estrondoso sucesso. Por outro lado muitos trabalhos acadêmicos chegaram a ser apresentados a uma míngua platéia de cinco pessoas.

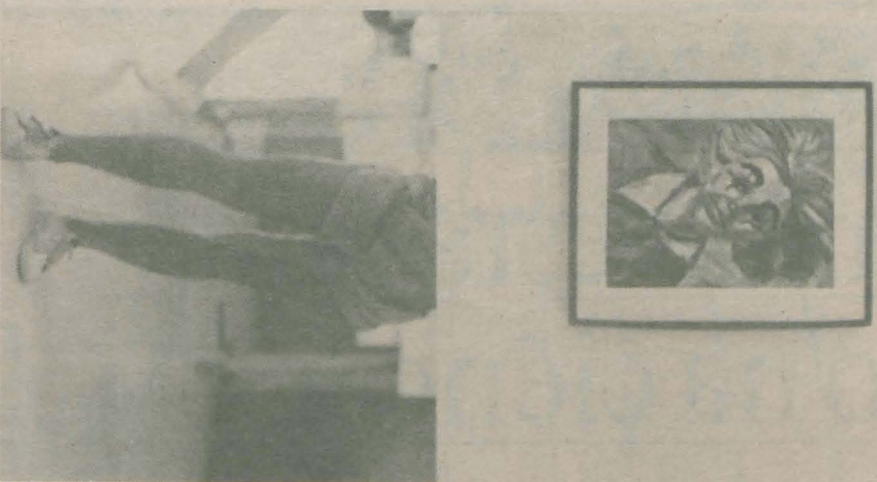
No amplo espaço do Ateliê da Arquitetura, nas noites de segunda e quinta, desfilaram grupos musicais e cênicos para um público, geralmente, reduzido.

Talvez por não identificarem a UnB, ainda mais à noite, como um espaço cultural. O fato é que

poucos estudantes assistiram aos *shows*. Azar de quem não foi. Exceto alguns grupos de qualidade duvidosa, pintaram inquestionáveis demonstrações de talento, como por exemplo, a do coral Puro Em Canto, Te Ato no Meu Ato (teatro), GEDUnB (dança), Imagens Acústicas e Arte no Escuro (música), entre outros.

De qualquer maneira valeu o pioneirismo da MTEU em relação ao uso do campus universitário como espaço cultural à noite e a apresentação de trabalhos científicos, abordando os mais variados assuntos. A MTEU foi uma oportunidade, criada de forma organizada, para os estudantes provarem que há produção de arte e ciência na UnB.

Susana Dobal



Susana Dobal



Susana Dobal



Reflexão, luz, cor e movimento

LEGISLATIVO

Câmara está de olho na ciência

CARLOS ANDRE

Caso o Projeto 4.648/84 de autoria do deputado Antonio Pontes seja aprovado, a adição de álcool à gasolina não mais preocupará os proprietários de veículos nacionais. Esse e dezenas de outros projetos passam anualmente pelas mãos do deputado do PDS paulista Adail Vettorazzo, 53 anos, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

A Comissão é responsável, atualmente, pela análise de todos os projetos que dão entrada na Câmara, na área de ciência e tecnologia. Além dessa função legislativa, ela promove frequentemente debates sobre os acontecimentos que estão em pauta de discussão pelo país e, também, conferências com personalidades convidadas todas as quartas-feiras, algumas vezes até durante o recesso parlamentar. Embora importantes, para o deputado Vettorazzo essas atividades ainda não são as ideais. "A Comissão deverá ter as suas funções ampliadas com a reforma do regimento interno que está em andamento. Dessa maneira, as atribuições deixarão de ser meramente opinativas, inclusive quanto à legislação, e passarão a ser decisivas. Ou seja, a Comissão vai decidir sobre a paralisação ou prosseguimento de qualquer projeto ligado à área de ciência e tecnologia que esteja em andamento no Congresso".

Já foi apresentado ao Congresso e deverá chegar brevemente à Comissão, o Plano Nacional de Informática, que vem gerando muita polêmica dentro e fora do Governo. Na opinião de Vettorazzo, o senador Roberto Campos — contrário à reserva de mercado — pensa isoladamente e, inclusive, destoa de todos os componentes da Comissão. "Ele está marchando com o pé errado e pensa que é o certo", ironiza o deputado, que é totalmente favorável à reserva e justifica-se alegando que o mundo vive na era da informática, da robotização, e quem não tiver tecnologia própria será sempre dependente. Além disso, lembra ele, vários países, motivados por interesses econômicos escusos, estão pressionando o Brasil para abrir o seu mercado, o que não deverá ocorrer, pelo menos até a próxima Constituição. Convicto, o deputado Vettorazzo sustenta ainda que o Brasil, quando tiver condições para tanto, deverá, inclusive, estender a reserva de mercado à tecnologia dos microcomputadores. "Nós já evoluímos muito em termos de microcomputadores. Os avanços da indústria nacional nos últimos meses são um atestado de competência extremamente significativo e que comprovam que nós estamos no caminho certo", conclui ele.

O deputado Vettorazzo acha que o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) terá um papel importantíssimo a desempenhar no futuro, embora tenha sido criado tardiamente e por um instrumen-

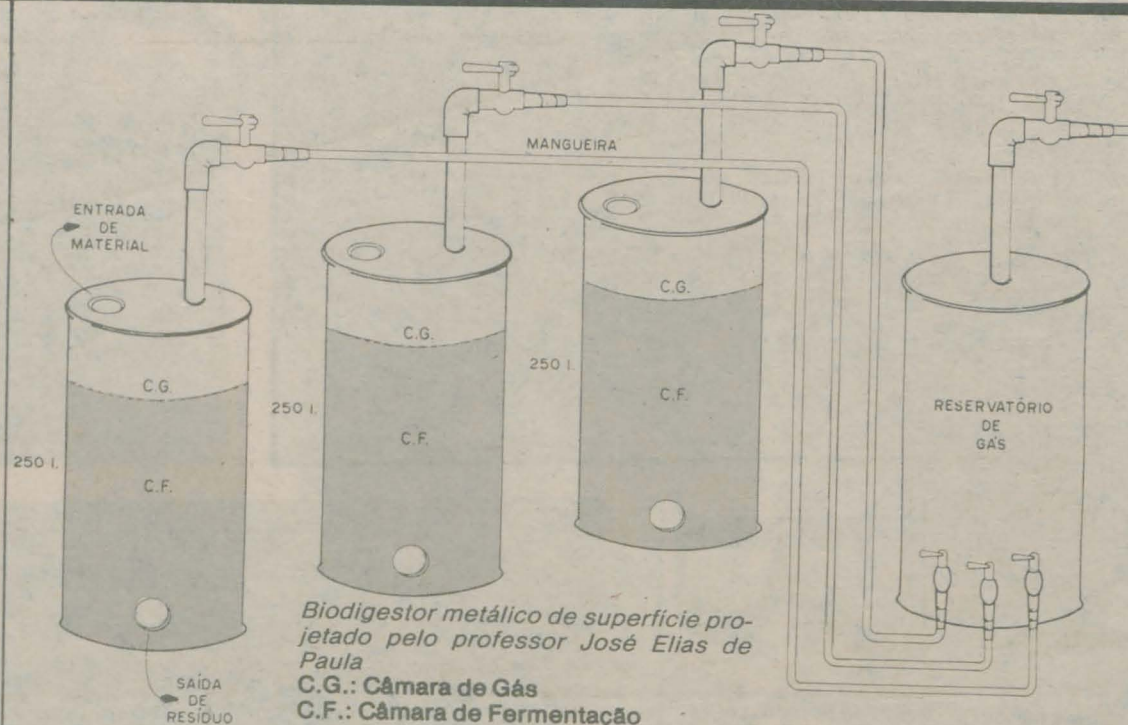
to como o Decreto-lei. Quanto aos membros da comunidade científica que se posicionarem contrariamente à criação do MCT, Vettorazzo alega que as posições assumidas foram políticas e que não condizem com as necessidades do País.

"Estamos assistindo no País a uma proliferação do número de cursos superiores, mesmo com o mercado de trabalho estando impossibilitado de absorver o grande contingente de novos engenheiros, advogados e arquitetos, que são formados aos milhares todos os anos". Enquanto sobra mão-de-obra nesse setor, faltam técnicos de nível médio para exercer uma série de atividades de importância vital e, para os quais, o mercado e as possibilidades são muito maiores. Como exemplo, o deputado cita a Reforma Agrária: "Nós não temos um número de agrônomos que possam, sozinhos, promovê-la. Se tivéssemos técnicos de nível médio em número suficiente, a tarefa seria bem mais simples".

Embora mais afeta à Comissão de Educação, essa questão prioritária, assim como algumas que tramitam pela Comissão de Ciência e Tecnologia, não pode ser resolvida pelo Legislativo. "Atualmente, somente ao Executivo cabe a elaboração de projetos que impliquem despesas, daí o fato de o Legislativo não poder propor nada para alterar as situações que lhe saltam aos olhos, pois qualquer iniciativa nesse sentido seria declarada inconstitucional", finaliza ele.

Ele está marchando com o pé errado e pensa que é o certo

ADAIL VETTORAZZO



Biodigestor metálico de superfície projetado pelo professor José Elias de Paula
C.G.: Câmara de Gás
C.F.: Câmara de Fermentação

Biodigestor aproveita o lixo para obter energia

As reservas de petróleo e de carvão não vão durar para sempre. Por isso, cientistas de todo o mundo vêm pesquisando novas alternativas energéticas que possam suprir uma eventual escassez de reservas fósseis. Aqui, na UnB, o professor José Elias de Paula, do Departamento de Biologia Vegetal, não está alheio a esta crise que preocupa a todos. De volta ao Brasil depois de uma viagem à Espanha, onde foi ver o que os espanhóis estão fazendo na área de biodigestores, o professor Elias comentou, em entrevista ao *Campus*, o uso do biogás e do biofertilizante como substitutos dos derivados de petróleo.

Essencialmente simples, o biodigestor nada mais é do que um ambiente hermeticamente fechado onde, através da ação de bactérias, é produzido o biogás e o biofertilizante. Todo e qualquer material orgânico pode ser colocado dentro de um biodigestor para produção do gás, sendo que alguns produzem maior e outros menor quantidade de gás em um determinado espaço de tempo. O que também define o uso deste ou daquele material é a sua viabilidade econômica. Atualmente, o aproveitamento de resíduos poluentes como o vinhoto e o esgoto doméstico, que se prestam muito bem para a produção de biogás e de biofertilizante, não exige praticamente nenhum investimento para sua obtenção, e evitaria que muitos lagos e rios fossem poluídos. Plantas aquáticas, como essas que invadiram o Lago Paranoá há pouco tempo, também são ótimas produtoras. Lixo, esterco de qualquer animal, palha de milho e de trigo e o bagaço de cana são igualmente muito bons. "Por outro lado, materiais muito duros, com uma concentração de lignina muito grande, como a madeira, além de estimularem o desmatamento e não compensarem economicamente, demoram muito para começar a produzir o biogás", explica o professor.

O biofertilizante é o resíduo

do processo de digestão anaeróbia sem a presença de ar — do qual resulta o biogás. O seu uso substitui plenamente o dos fertilizantes inorgânicos derivados do petróleo, muito caros e prejudiciais a longo prazo. Além disso, pesquisas comprovaram que os fertilizantes biológicos propiciam uma maior resistência das plantas às doenças e ao ataque dos insetos.

BIOGÁS NO PANTANAL

O gás obtido nos biodigestores é, na verdade, uma mistura composta por três gases: o metano, o gás carbônico e o gás sulfídrico. Em maior quantidade, encontra-se o metano (58% a 70%) seguido do gás carbônico e do sulfídrico. Por ser inflamável, o biogás substitui plenamente o butano, que é o gás de cozinha, seja no fogão, em motores de automóveis, de tratores ou de geradores elétricos.

Nos experimentos do professor Elias no pantanal do Mato Grosso do Sul, foi possível obter com um biodigestor de 150 litros e 12 quilos de plantas secas, conhecidas popularmente por camalotes, 4 metros cúbicos de biogás. Essa quantidade seria suficiente para mover uma Panoram da FIAT por 60 quilômetros, ou, então, manter funcionando por quatro dias o fogão de uma família de cinco pessoas que faz três refeições ao dia. As plantas usadas na experiência infestam a região na época da vazante, quando apodrecem à margem dos rios em grandes quantidades, não sendo preciso retirá-las vivas do seu habitat mantendo-se, assim, o equilíbrio ecológico.

O EXEMPLO CHINÊS

A China é, segundo o professor Elias, o país mais desenvolvido na tecnologia do biogás e da fermentação anaeróbia. Antes da popularização e difusão do uso de biodigestores, a ordem de comparecimento ao trabalho era de 60%. Boa parte dos outros 40% estava em casa ou em hospitais convalescendo de

doenças provocadas pela contaminação da água e do solo. Hoje, com a dispersão do uso de digestores biológicos, os resíduos orgânicos como o lixo doméstico, os excrementos dos animais e do próprio homem são aproveitados na obtenção do biogás, o que aumentou para 95% o percentual de comparecimento ao trabalho.

Algumas comunas agrícolas chinesas são uma mostra do incrível potencial proveniente do uso de biodigestores em propriedades rurais. Cada casa possui o seu digestor para uso próprio, mas existe ainda um outro, muito maior, que é alimentado pelos despojos oriundos de todas as casas da comunidade e que se encarrega de produzir gás suficiente para fazer funcionar os motores dos geradores elétricos, que fornecem energia para até 22 mil pessoas, como no caso da comuna visitada pelo professor.

O único problema é o inverno. Com uma temperatura próxima de 10 graus, a atividade bacteriana praticamente cessa. Com isso, é impraticável o uso dos digestores nos três ou quatro meses de frio mais intenso. Durante esse período, os chineses aproveitam o carvão e a lenha o que, mesmo assim, ainda representa uma diminuição de 70% na depredação da natureza.

O governo chinês subsidia de 80% a 100% a construção de biodigestores nas comunidades rurais. Com a diminuição do consumo interno de petróleo e do biofertilizante ao invés do gás liquefeito de petróleo e dos fertilizantes inorgânicos, os chineses obtiveram um saldo maior para a exportação, que cobre com folga o dispêndio com os subsídios. Além disso, a melhoria do padrão de vida do habitante rural e a preservação da natureza, em decorrência do uso irrestrito dos digestores biológicos são motivos pelos quais o Governo vê-se estimulado a apoiar cada vez mais a pesquisa e a difusão de novas tecnologias no campo da digestão anaeróbia.

RETRATOS DA MORTE

Brasília também tem a sua Baixada

ANA PAULA ARARIPE; LUIZ QUEIROZ; SANDRA MACHADO

O ito e meia da noite — Após rodar 35 quilômetros, o silêncio e a escuridão foram substituídos por um prédio de tijolos vermelhos e a voz tão conhecida do locutor Cid Moreira chegou a nós de forma clara. Estávamos diante da 15ª Delegacia de Polícia da Celiândia, localizada na QNM 2, conjunto G/H, no Setor de Áreas Especiais.

No hall de entrada, um balcão de alvenaria dividia a sala. A direita, uma televisão e um ventilador quebravam o ar sério da delegacia. O quadro de avisos, a mesa repleta de ocorrências e o rádio comunicando o desaparecimento de Carlos Roberto de Souza, 30 anos, moreno claro, nos fazia voltar ao real.

Um dos policiais foi avisar o delegado de plantão, Davi Bernardes, que estávamos ali para fazer uma reportagem. Os outros dois, que estavam na recepção, nos olharam meio desconfiados. Eram ao todo nove policiais de plantão naquele dia, sendo que três já estavam nas ruas, fazendo a ronda.

Depois de trinta minutos ouvindo o Jornal Nacional e entre um comentário e outro, fomos conseguindo quebrar o silêncio dos policiais. A primeira informação se referia ao número de crimes que eram registrados toda noite: segundo eles, o número de ocorrência aumentava significativamente nos dias 29 e 30 de cada mês. E que no final do mês os assaltos eram mais proveitosos, pois os trabalhadores recebiam seus salários.

Passados alguns minutos, o delegado Davi Bernardes, há um ano na 15ª DP, veio nos atender. Nos convidou para ir até a sua sala, que ficava à esquerda do hall de entrada. Antes de entrar, vimos um longo corredor com várias portas fechadas. Lá no final, deveriam estar os presos.

Na sala do delegado, nos sentamos num sofá preto. Ficamos um pouco decepcionados com a simplicidade da sala. Esperávamos encontrar uma sala desorganizada, com vários cartazes de "procura-se" afixados nas paredes. A única coisa que nos fazia lembrar que estávamos na Celiândia era uma arma em cima da mesa. O pior é que era de brinquedo. Uma das apreensões feitas.

Iniciamos a entrevista. Primeiro falamos sobre os crimes mais comuns ocorridos naquela cidade. O delegado esclareceu que as ocorrências por dia giravam

em torno de 30, e a maioria se referia a furtos, roubos e lesões corporais. Oitenta por cento desses casos decorriam do álcool e da prostituição.

Quando se fala em crime, assustamos às vezes com as cifras. Foi o que aconteceu quando fomos informados de que 95% dos marginais usavam armas de fogo. Os principiantes estavam sempre com armas de calibre 22, que são de menor impacto e mais fácil de manusear. A de calibre 38 também é muito encontrada, devido ao impacto que ela causa. "Um tiro dessa arma mata na hora".

Davi Bernardes explicou também como são classificados os crimes. A vagabundagem e o jogo do bicho são delitos menores, chamados de "crime anão". Uma pessoa que estiver cometendo esse ato só pode ser presa por dois motivos: flagrante delito ou por determinação do juiz. Se isso ocorrer, é feito um boletim de identificação, com dados pessoais e impressões digitais. Uma cópia dessa "ficha" é mandada para o Instituto Nacional de Identificação, e outra para a Secretaria de Segurança Pública.

O índice de menores envolvidos em crimes vem crescendo também na Celiândia. Davi Bernardes diz que há quase um equilíbrio entre os crimes cometidos por menores e os crimes cometidos por maiores. "É uma situação difícil para os policiais, já que eles não podem autuar um menor em flagrante, porque ele não responde pelos seus atos". Por isso, é encaminhado para a delegacia de menores ou FUNABEM. "Ao sair, eles permanecem no crime", diz delegado.

O tóxico também faz parte do dia a dia dos marginais. Na Celiândia, não há traficantes, devido ao baixo poder aquisitivo da população. No entanto, existe o toxicômano pobre, o consumidor. E as crianças também aderem ao vício. O delegado citou como exemplo o caso de um menino de 11 anos, que foi preso dias atrás cheirando cola de sapateiro.

Davi Bernardes trabalha na Polícia Federal há 12 anos, e não acredita que Celiândia seja uma cidade perigosa. Segundo ele, o que falta para a cidade é um policiamento maior. "O ideal seria dois policiais em frente às escolas e aos portos mais perigosos", afirma o delegado.

E quais são as perspectivas para mudar o quadro atual? Segundo Davi Bernardes, é preciso melhorar as condições sócio-econômicas da população e dos policiais. "É preciso que se faça um policiamento mais ostensivo e a Justiça seja mais ágil.



Um barril de pólvora pronto para explodir

Celiândia foi planejada em forma de barril. Mera coincidência? Talvez...

A cidade tem hoje mais de trezentos mil habitantes e é considerada uma das satélites mais carentes do Distrito Federal. A situação sócio-econômica da população não é das melhores. Além da falta de recursos, a cidade tem de conviver com um problema ainda maior: a violência.

O trabalhador levanta às 5 da manhã para enfrentar a "viagem" até o Plano Piloto e demais cidades satélites. Como se não bastassem todas as dificuldades do dia-a-dia, no final do mês as contas se acumulam. O salário mínimo não é suficiente para

pagar a casa e a alimentação. Roupas e educação são coisas supérfluas. Só para se ter uma idéia, o aluguel de um "quarto" custa de 40 a 50 mil cruzeiros.

Diante dessa situação, a agressão familiar, a briga com os proprietários de barcos, o alto índice de alcoolismo e a crescente criminalidade passam a ser julgados de forma diferente.

Como diria o dramaturgo Berthold Brecht: "Diz-se violento o rio que tudo arrasta, mas não se dizem violentas as margens que o oprimem". Uma menina de 11 anos, presa por prostituição, justificou assim o seu "crime": "Você já passou fome? Eu já. Você teve mãe? Eu não".

A justificativa não é suficiente? Talvez não seja mesmo. Agora, seria ingenuidade de nossa dizer que a ausência de condições mínimas de sobrevivência não interfere no aumento de violência.

Qual seria então a solução? Uns defendem o aumento do policiamento nas ruas. Outros querem a pena de morte. Os mais afeccionados defendem a religião como única saída.

Não interessa a fórmula. O fato é que estamos diante de um quadro preocupante. E preciso que as autoridades tomem providências urgentes. O barril de pólvora que guarda Celiândia poderá explodir a qualquer momento. O pavio já está aceso...

Talento e criatividade

"Eu fui fazer um samba em homenagem a nata da malandragem, que conheço de outros carnavais..." (Chico Buarque)

Roubar é uma arte e exige muito preparo. Técnicas especiais, como a utilização de armas de plástico, são empregadas todos os dias. Há horário para tudo. As quatro da tarde é a vez das reuniões de cúpula. E preciso planejar antes de sair para um assalto ou um crime qualquer. A noite é hora da birita, da conversa fiada, da caça ao tesouro. Os horários mais concorridos são a noite e de madrugada, quando o movimento é pequeno. As cinco horas da manhã é hora de descansar.

"Arromba uma porta, faz ligação direta e até..." Para tudo isso é preciso antes de mais nada muito talento e muita agilidade. Ouvir o rádio e manter-se informado também distingue o ladrão malandro do laranjeira, ou seja, o iniciante.

O modo de vestir, de andar e de falar são outros traços que diferenciam o marginal de um simples mortal. Aliás, a linguagem assume papel importante na caracterização desses personagens. As gírias e códigos utilizados são dignos de destaque. Quem não está por dentro do vocabulário é um prego, ou seja, um bobo, um trouxa.

A lábia é outra característica dos marginais. Se ele for um autêntico mala, malandro e inteligente, poderá até aplicar o golpe de nota de cinquenta mil. A receita é a seguinte: juntam-se quatro maços de papelão e coloca-se uma nota de cinquenta mil cobrindo os quatro maços. Temos então a impressão de ver quatro bolos de notas e começamos até a imaginar a fortuna. Esse bolo é trocado por uma quantidade qualquer que satisfaça o mala. Temos a ilusão de estarmos fazendo um grande negócio com ele. Mas ao abrimos os maços de dinheiro...

Violência: fruto da miséria

Dentro dessa malandragem, da marginalidade da Celiândia, existe a contradição. É o caso do garoto Walteir, de 16 anos, mais conhecido como o "Diabo Loiro", que ganhou as páginas policiais dos principais jornais de Brasília, tamanha a facilidade com que ele matava as pessoas. Talvez Walteir seja uma dessas "aberrações" da malandragem, mas o mais certo é que ele é fruto da miséria em que vive a população da Celiândia. Não importa, o "Diabo Loiro" não foi o último dessas contradições. Ao contrário, ele é

o prenúncio de que a juventude dessa cidade-satélite está crescendo sob o signo da violência urbana, um aviso de que essa sociedade está entrando em colapso.

Para os bandidos da Celiândia, Walteir é um companheiro proscrito, que prefere agir sozinho, que não respeita os princípios estabelecidos nas ruas. Para os policiais, o "Diabo Loiro" não segue um modus operandi, aquele padrão de como assaltar uma casa, um bar, uma pessoa e que horas atacar, ou se esconder...

O "Diabo Loiro" está condenado a não chegar a maioridade, pois não respeita as regras do jogo, estabelecidas pela marginalidade e pela lei. Está condenado a morrer numa rua escura, talvez a mesma rua de onde saiu.

Mas o garoto Walteir pode voltar a qualquer momento. Basta que mais uma criança da Celiândia complete 16 anos, seja oprimida pela miséria em que vive, se revolte e resolva abrir caminho no seu mundo à bala, escrevendo mais uma página da história da cidade com sangue.

CUT X CONCLAT

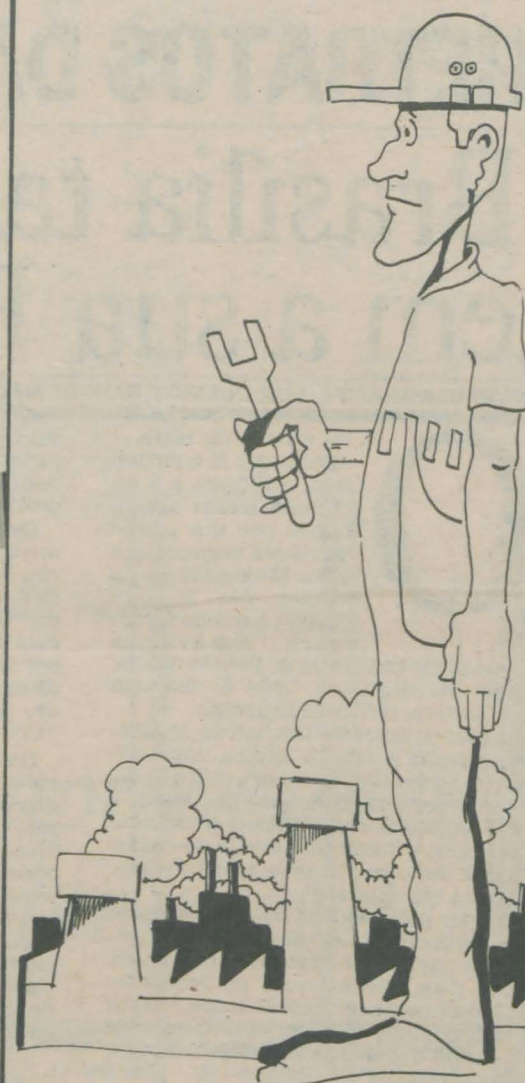
Pluralidade sindical divide trabalhadores

No discurso que Tancredo preparou para sua posse e não chegou a fazer, havia todo um parágrafo falando da importância da adoção pelo Brasil da Convenção 87 da OIT. Esta Convenção — já aprovada pela Câmara, faltando ser votada pelo Senado — não conta, porém, com o apoio unânime dos trabalhadores. Isto porque estabelece o pluralismo sindical, ou seja, a liberdade de criação de mais um sindicato por categoria de trabalhadores, e este talvez seja um dos pontos de maior divergência entre as duas articulações

sindicais a nível nacional que nós temos — a CUT (Central Única dos Trabalhadores), mais radical, e a moderada Conclat (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras)..

Nós fomos ouvir a opinião dos presidentes destas duas entidades, Jair Meneguelli (da CUT) e Joaquim dos Santos Andrade (da Conclat) sobre a questão da pluralidade sindical, a Convenção 87, a política econômica do novo governo e o Plano Nacional de Reforma Agrária.

CATARINA GUERRA



MENEGUELLI

Jair Antônio Meneguelli, 38 anos, é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e o primeiro presidente da CUT, central ligada ao PT, que congrega cerca de mil entidades sindicais, envolvendo perto de 12 milhões de trabalhadores. Ferramenteiro licenciado da Ford, Meneguelli assumiu em 1981 o primeiro mandato do sindicato após a suspensão da intervenção decretada pelo Ministério do Trabalho, sendo cassado em 1983 e reelegendo-se em agosto do ano passado.

Campus — Quais são as principais divergências existentes entre a CUT e a Conclat?

Meneguelli — Uma das maiores divergências é que a CUT está defendendo insistentemente a aprovação da Convenção 87 da OIT, que estabelece a liberdade e autonomia sindical e o fim do imposto sindical. Já a Conclat insiste, até fazendo pressão junto aos senadores, para que esta convenção não seja aprovada porque não quer a ruptura dessa estrutura fascista que existe no movimento sindical.

Campus — É possível a união das duas entidades na efetivação deste acordo que está proposto pelo governo?

Meneguelli — É possível a unidade, mas a unidade pregada pela CUT é a unidade de ação, de qual foi dado um exemplo recente aos trabalhadores brasileiros na greve dos bancários, onde eles conseguiram superar suas diferenças e se unir em torno de pontos comuns. Eu acho secundária a unidade orgânica sindical brasileira, o que importa é estarmos unidos, independentemente de quantas centrais ou sindicatos existirem. Os

trabalhadores forçar as lideranças sindicais a se unirem na ação, nos pontos comuns da classe trabalhadora.

Campus — Um dos argumentos usados pela Conclat para defender o imposto sindical obrigatório é o de que sem ele os pequenos sindicatos não teriam condições de sobreviver. Como você vê esta questão?

Meneguelli — Sem um imposto sindical nem os grandes sindicatos teriam condições de sobreviver. Mas a CUT propõe o fim do imposto sindical obrigatório. Nós temos é que convocar as categorias, e junto a elas resolver como vamos manter financeiramente o sindicato. Pode até ser através de um imposto sindical, mas que seja decidida pelos trabalhadores a forma e a quantidade desse pagamento. É isso que nós defendemos porque, evidentemente, nenhum sindicato sobreviverá se os trabalhadores não tiverem consciência da necessidade de manter seu sindicato financeiramente.

Campus — Qual sua opinião sobre a política econômica do novo governo?

Meneguelli — Não tem mudado absolutamente nada. O que se verifica são algumas mudanças no campo institucional. No campo social nós ainda não observamos nenhuma mudança que beneficie a classe trabalhadora brasileira. Enquanto esse governo não se dispuser a confiar, a contar com os trabalhadores no sentido de não manter os mesmos compromissos que o governo anterior mantinha com o FMI, enquanto esse governo mantiver o compromisso de pagamento da dívida externa, o Brasil não terá saída. O Brasil não terá a mínima possibilidade de crescimento.

Campus — Em sua última reunião plenária, a Conclat posicionou-se por uma moratória

de dez anos em relação à dívida externa. Qual a posição da CUT?

Meneguelli — Nós temos uma resolução de congresso, que é o simples não-pagamento da dívida externa. Primeiro, porque entendemos que a maior parte dessa dívida já foi paga. E segundo, porque entendemos que o povo, o trabalhador, não tem obrigação de pagar uma dívida sobre a qual nunca foi consultado para fazer. Essa dívida serve na verdade para os Estados Unidos continuarem se armando para uma possível guerra. Não devemos e não podemos pagar essa dívida porque a única forma de pagá-la, não importa se agora ou daqui a dez anos, será com retrocesso, desemprego e fome do povo brasileiro.

Campus Na sua opinião, o que os trabalhadores devem fazer para terem seus interesses representados no Congresso Constituinte?

Meneguelli — Eles têm que se organizar muito. Porque mesmo que

nós tivéssemos conseguido uma Assembleia Constituinte exclusiva, ainda teríamos uma luta muito grande contra o poder econômico e talvez nem assim conseguíssemos nos fazer representar na elaboração dessa nova constituição. Um exemplo é a decisão do governo no estabelecer uma comissão de notáveis, à qual nós por princípio somos contra, pois não confiamos em cinquenta pessoas iluminadas que elaborariam uma constituição quase que definitiva. E nós entendemos que na medida em que essa Constituinte vai ser formada por um Congresso Constituído, sem dúvida nenhuma os parlamentares legislarão em causa própria.

Campus - Qual a posição da CUT em relação ao Plano Nacional de Reforma Agrária?

Meneguelli — Este Plano para nós é muito limitado. Defendemos uma reforma agrária com a desapropriação dos latifúndios, improdutivos ou produtivos, para que se distribua a terra aos 11 milhões de trabalhadores, ajudaria na própria recuperação da economia brasileira. Alimentaríamos o povo e ainda poderíamos exportar alimentos para muitos países.

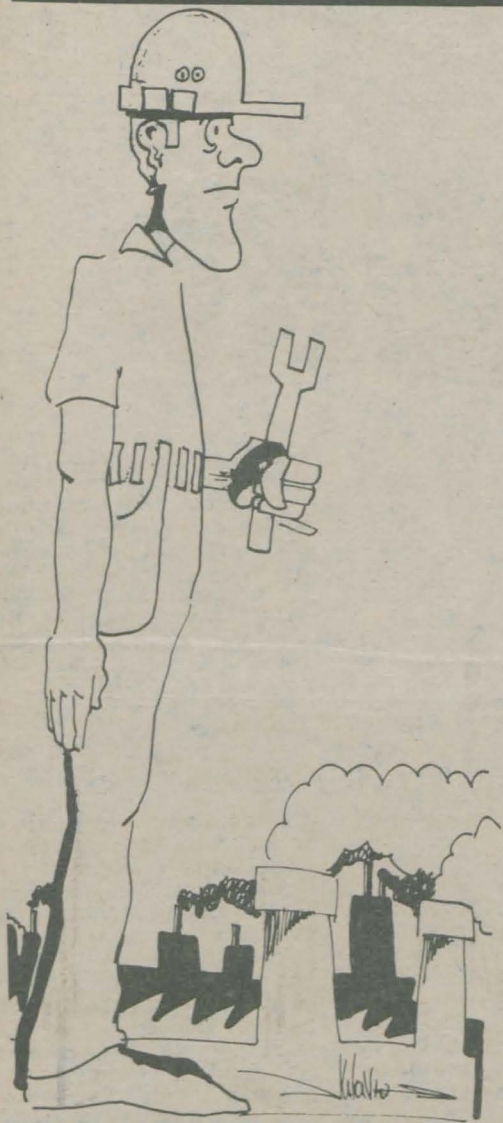
Campus — Você acredita na forma da organização sindical como forma de transformação social?

Meneguelli — Acredito. Eu não diria que nós já estamos preparados, no movimento sindical, para a transformação da sociedade. Mas eu acredito na formado movimento sindical porque ele é o movimento dos trabalhadores, não dos dirigentes sindicais. Eu acredito no avanço da luta dos trabalhadores e com certeza eles obrigarão todos os dirigentes sindicais, e alguns não têm o mínimo de vergonha na cara, a assumirem a luta. Só assim conseguiremos a transformação dessa sociedade.

“

Os trabalhadores com certeza obrigarão todos os dirigentes sindicais, e alguns não têm a menor vergonha na cara, a assumirem a luta. Só assim conseguiremos a transformação dessa sociedade.

”



"A aprovação da Convenção 87 significa o surgimento dos sindicatos à mercê do empresário ou de grupelhos políticos, e o que nós queremos é um movimento sindical unido e forte".



"A Conclat insiste para que a Convenção 87 não seja aprovada porque não quer a ruptura da estrutura fascista que existe no movimento sindical".

Qual é a da Convenção 87

Pluralidade sindical e fim do imposto sindical obrigatório: estes são os dois pontos mais polêmicos da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, que caso seja aprovada pelo Senado e consequentemente adotada no Brasil, deverá modificar por completo a fase do nosso movimento sindical.

A Convenção 87, ou "Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical", é considerada uma das mais importantes da OIT, e foi aprovada em 1948, na 31ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em São Francisco. Desde então, já foi ratificada por 97 dos 151 estados-membros da OIT, que assim comprometram-se a observar a liberdade de organização, planejamento e desenvolvimento da ação sindical, sem qualquer interferência governamental. A liberdade de sindicalização prevista pela Convenção 87 se estende inclusive aos funcionários públicos e magistrados, excluindo-se, porém, os membros da polícia ou das forças armadas, que dependem de legislação específica para isto.

Com relação à pluralidade sindical, a OIT entende que, embora os trabalhadores possam ter interesse em evitar que as organizações sindicais se multipliquem, a unidade do movimento sindical deve ser uma conquista de fato e não imposta pelo Estado. É interessante observar que dos 97 países signatários da Convenção, apenas dois conseguiram manter, na prática, a unidade sindical — Inglaterra e Alemanha Ocidental. Em muitos países onde existe o pluralismo sindical foram criadas disposições legais para disciplinar o poder de representação unitário, já que nos tratados coletivos um único sindicato deve deter a representação da categoria.

A posição da OIT em relação à contribuição sindical também é pelo respeito à liberdade do trabalhador de filiar-se às organizações que julgue convenientes. Segundo a OIT, esta liberdade é cortada caso haja a fixação de uma contribuição obrigatória e determinado sindicato. Ela admite, porém, a fixação de contribuições aos associados e também aos não-associados. Estes últimos pagariam "quotas de solidariedade" de valor correspondente a não mais de dois terços das quotas pagas por trabalhadores sindicalizados da mesma categoria.

No Brasil, o estudo da matéria pelo Legislativo já vem se arrastando há 36 anos. Em maio de 1949, o ex-presidente Dutra enviou mensagem ao Congresso, com exposição de motivos do então ministro das Relações Exteriores, favorável à aprovação da Convenção. Somente no dia 29 de agosto de 1984, porém, foi que o plenário da Câmara aprovou o projeto de Decreto Legislativo 58-A, que adota a Convenção. Agora só falta a votação pelo Senado, que não tem prazo regimental para isso. Caso o projeto seja aprovado, o Poder Executivo deve ratificá-lo e a Convenção 87, transformada então em lei, passará a vigorar um ano depois.

JOAQUINZÃO

Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, 60 anos, é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e também presidente da Conclat, entidade que ajudou a fundar em 1983, congregando correntes do PMDB, PC do B e MR-8. Sua ascensão no movimento sindical vem desde 1964, quando foi nomeado interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, após as cassações de líderes trabalhistas, promovidas pelo golpe militar.

Campus — Você acha possível a Conclat e a CUT chegarem a posições comuns neste entendimento proposto pelo Governo?

Joaquim — Nós temos procurando, na prática, buscar metas consensuais, em que pesem as divergências ideológicas, que são a unidade do movimento sindical, que a Conclat defende, e o pluralismo sindical defendido pela CUT. Na questão da postura, tem-se tomado inúmeras iniciativas no sentido de unificar o movimento, a partir, por exemplo, dos primeiros de maio unificados, que têm redundado, em algumas capitais dos Estados, em autêntico fracasso. Mas me parece que há uma tendência para a modificação dessa postura. Em São Paulo já estamos trabalhando unitariamente em cima de três propostas concretas de apoio ao movimento sindical que está em campanha salarial, com alguns resultados. Mas acho que a unificação a nível organizacional ainda é muito remota.

Campus — Além da questão da pluralidade sindical, um outro ponto de divergência com a CUT é a obrigatoriedade do imposto sindical. Porque vocês defendem o imposto sindical obrigatório?

Joaquim — Não, eu não o defendo, quem o defende é o movimento sindical. A respeito da Convenção 87, muita gente diz apressadamente, para não dizer levemente,

que a liberdade sindical depende da aprovação ou não da Convenção 87. Mas o que determina a liberdade sindical é na verdade o estágio de democracia e liberdade em que vive uma Nação. A pressa na aprovação da Convenção 87 nada mais é do que a pressa daqueles que defendem o pluralismo sindical. Quanto ao imposto sindical, nossos congressos e todos os congressos de trabalhadores têm opinado pela sua substituição gradativa por contribuições espontâneas dos trabalhadores.

Campus — Você acredita, então, que a aprovação da Convenção 87 enfraqueceria o movimento sindical?

Joaquim — Ela significa o surgimento dos sindicatos coloridos, à mercê do empresário na maioria das vezes, à mercê deste ou daquele grupelho político, e o que nós pretendemos é um movimento sindical solidário, unido, forte, e, sobretudo, com poder de barganha a fim de arrancar dos empresários aquilo que eles sempre nos negaram para encher os seus bolsos.

Campus — Dentro desse quadro de multiplicação das entidades sindicais, que provavelmente ocorreria caso fosse aprovada a pluralidade sindical, não seria natural uma aglutinação dos sindicatos mais representativos?

Joaquim — Não, a partir do momento em que se leva em conta os instrumentos que o capitalismo tem para cooptar sindicatos, para fazer sindicatos pelegos, sindicatos de dentro da empresa, onde o universo não seriam os trabalhadores, o universo seria apenas a empresa. Isso enfraqueceria politicamente o movimento sindical.

Campus — O que vocês estão achando da política econômica do novo governo?

Joaquim — Não tem muita diferença da política anterior, mesmo porque nenhum ministro da Nova

República tem varinha de condão. Os problemas brasileiros não se solucionam a curto prazo. Entendemos ser difícil a situação, mas o primeiro passo é fazer com que o Brasil rompa os acordos com o FMI, suspenda o pagamento da dívida externa e faça uma negociação política juntamente com os demais países devedores.

Campus — Em sua última plenária, a Conclat posicionou-se por uma moratória de dez anos. Isso não seria apenas adiar o problema para dez anos depois?

Joaquim — Não, seria nós solucionarmos primeiro o problema interno do Brasil, jogando o volume incalculável de dólares que se paga anualmente pela dívida na produção de alimentos, na adequação da nossa política econômica, na retomada do desenvolvimento econômico. Ai, possivelmente, com os excedentes das exportações nós possamos pagar a dívida sem o sacrifício dos brasileiros.

Campus — Qual a posição da Conclat em relação ao Plano Nacional de Reforma Agrária?

Joaquim — Nós estivemos, durante todos esses meses, dando apoio ao Plano, inclusive em praça pública, numa decisão não apenas da Conclat mas também dos trabalhadores rurais, que, reunidos em congresso, decidiram pelo apoio, embora este fosse um plano bastante tímido e estreito. Porém as últimas modificações introduzidas no Plano que veio do Incra o reduziram demasiadamente, tornando-o inferior inclusive ao Estatuto da Terra. Os trabalhadores rurais, através de sua confederação, a Contag, vão fazer um exame do Plano, e baseada neste exame é que a Conclat vai se posicionar, porque quem estabelece a diretriz são os trabalhadores que entendem da terra, são os trabalhadores rurais.

GLAUBER ROCHA

Um cineclube que mostra e faz cinema

CYNTHIA ROSA

Em 84, no último ano de governo do enfadonho Figueiredo, no calor das "diretas já", e com as águas de março fechando o verão, nascia Glauber Rocha, o cineclube. A iniciativa foi da biblioteca do INL (Instituto Nacional do Livro), aquela entre 506 e 507 Sul, aliás a única biblioteca pública na capital do País. Conceição Moreira Salles, diretora da biblioteca, pretendia dinamizar ainda mais a relação com a comunidade e por isso fez um chamado, via imprensa, a todos os interessados em cinema e tudo o que este pode oferecer, desde a delícia de uma exibição até o delírio da produção. Ao chamado muitos compareceram, e, em plena atividade, vive o Glauber.

O movimento cineclubista brasileiro enfrenta muitos proble-

mas para poder sobreviver. Desde a aquisição de projetores até o aluguel de filmes, tudo é muito caro. Além disso, quase não existem incentivos para esta atividade, tanto do governo como do empresariado. Mesmo porque, em matéria de cinema no Brasil, está tudo relegado a um segundo plano. E o cineclube, sendo comumente uma atividade que não visa fins lucrativos, tem menos prestígio ainda, é óbvio.

PRODUÇÃO

Apesar deste quadro nada animador, o pessoal do Cineclube Glauber Rocha resolveu arriscar. Carlos Alberto do Rego, presidente do Cineclube, disse que a idéia de fazer cinema sempre existiu, e para que isso se concretizasse, resolveram fazer alguns cursos. Até agora, já foram realizados dois: primeiro, o Curso de Iniciação ao Cinema; depois, Roteiro para Cinema e Vídeo. Mas o curso é aberto até pra quem não tem qualquer conhecimento so-

bre vídeo e cinema, já que noções básicas de linguagem, fotografia e montagem seriam dadas antes da realização dos filmes.

O interesse do público é intenso, e as vagas nem sempre suficientes para todos. Por causa disso, e seguindo sugestões dos próprios interessados, o cineclube já preparou uma programação de verão, onde vão voltar o Curso Básico de Cinema e o Fazendo Cinema e Vídeo. E, pra não deixar a peteca cair, já estão programados mais cinco cursos técnicos para o próximo ano: de roteiro, de direção, de fotografia, de som e de montagem. Como os outros já realizados, esses também serão abertos à comunidade.

O CC Glauber Rocha conta com um núcleo de produção, que mantém o trabalho dos sócios. Até o momento, já foram realizados três vídeos e um super-8, mas também faz parte dos planos investir no telejornalismo. A idéia é produzir um jornal em vídeo, que seria exibido antes da projeção do filme, durante, no máximo,

cinco minutos. Para o ano que vem, já se programa uma mostra competitiva em super-8 e em vídeo, além de um concurso de roteiro.

PROGRAMAÇÃO

Na atual programação do Glauber Rocha, tem havido a exibição de muitos longas estrangeiros, cedidos pelas embaixadas. Apesar dessa programação estar agradando muito ao público, o cineclube pretende priorizar os longas nacionais e, em vista disso, elaboraram uma programação junto à Embrafilme que terá a duração de seis meses. Outro aspecto importante diz respeito ao curta: a proposta é que sempre se exiba um antes do longa, mas com o detalhe de que serão curtas de Brasília ou do Centro-Oeste.

Priorizar o cinema nacional parece absolutamente procedente: *Galjin* superlotou a sala de exibição. Mas as superlotações esbarram na falta de um espaço adequado para a exibição de filmes na Biblioteca. Conceição afirma

que há projetos para a reforma do prédio, no próximo ano, e, evidentemente, criar uma sala para projeção inclui-se nesse projeto. Por outro lado, para aperfeiçoar a qualidade dos cursos, Carlos Alberto diz que há a necessidade de se organizar um acervo de filmes, que sirvam principalmente como material didático para os cursos. Por isso, eles pretendem começar o acervo com material gravado em vídeo.

INTEGRAÇÃO

Mas o Glauber Rocha não quer se manter limitado a um único espaço. Vai para as quadras, para as cidades-satélites, mostrando o Projeto na Rua. O que querem é o cinema ao ar livre. Para que isso dê certo, no entanto, o clima tem que cooperar, e como nessa época chove demais, a alternativa foi interromper temporariamente as apresentações e retornar com a próxima estiagem, no ano que vem. Enquanto isso, vão para a Cellândia. O pessoal do CC Pé no Chão está com dificuldades. Por isso, no mês de novembro, o CC Glauber Rocha e mais outros três cineclubes vão se revezar, levando para a moçada daquela cidade um instrumento de trabalho indispensável à projeção cinematográfica do Pé no Chão: o projetor. E para incrementar a relação com o público, foi lançado na 3ª feira, dia 5, o informativo Glauber em Notícias, que circulará mensalmente.

Centro dará apoio à cultura na UnB

CHICO MOURA
MARGARETH MARMORI
SANDRA SATO

Artistas principiantes ou mesmo velhos guerreiros já cansados na luta por mais chances e incentivos culturais por parte do governo podem reavivar um pouco sua esperança de produzir arte em Brasília. Trata-se do "Centro de Apoio à Produção Cultural", um projeto ainda à espera de sua institucionalização e cujo objetivo será de servir ao artista candango como um certificado de garantia na feitura de suas obras. Os criadores do projeto são três professores da Universidade de Brasília, Geraldo Moraes (Departamento de Comunicação), João Antônio e Luiz Mendonça (Departamento de Desenho), que vivenciam os problemas encontrados pelos artistas, principalmente os principiantes, para se fazer arte em Brasília.

A prioridade de ajuda do Centro de Apoio será dada aos universitários, que poderão ir além de ensino teórico nas aulas, podendo produzir seus trabalhos, aproveitando assim de um estágio prático que obviamente os fa-

riam artistas mais completos. O professor Geraldo cita o exemplo do médico que, mesmo formado, não poderia exercer sua profissão sem antes ter tido alguma experiência em hospitais onde aprende a parte prática do seu trabalho. O projeto incentivará os trabalhos feitos pelos estudantes, colocando à sua disposição uma infra-estrutura necessária para a realização da produção administrativa e técnica: administrativamente, contará com telefones, xerox, secretária e contatos; tecnicamente, com laboratórios de fotografias, câmeras, equipamentos de som e iluminação, equipes de produção; em suma, condições básicas para produtores locais que não desejam e não podem pagar os preços exorbitantes gastos em aluguéis materiais de consumo. O professor Geraldo esclarece que o Centro não chega a ser uma produtora, mas um meio de facilitar convênios com empresas públicas e privadas a fim de viabilizar os projetos.

O projeto depende somente de sua aprovação junto à Reitoria da UnB para que possa então ser construído o Centro, precisando

assim das condições mínimas para suprir suas despesas iniciais. De acordo com os professores, o dinheiro que ajudará mais tarde na ampliação do centro virá das verbas que o governo liberará alguns produtores. Quer dizer, essa verba que serviria para poucas pessoas e que normalmente é insuficiente para as produções, ajudaria na compra de equipamentos para o Centro, e assim muitos outros artistas poderiam contar com a sua ajuda. Mas não somente o dinheiro concedido pelo governo poderá ser usado na manutenção do Centro, que poderá participar na renda das produções às quais prestará serviço, sem onerar os seus produtores.

Os idealizadores do Centro de Apoio estão otimistas em relação à aprovação do projeto, e querem construir a curto prazo seu espaço, mas enquanto não for construído, o Auditório Dois Candangos será adaptado para a exibição de filmes e vídeos e será montado um circo de lona destinado às Artes Cênicas e Música. O funcionamento do Centro de Apoio à Produção Cultural está previsto para o início do próximo ano.

Macuco desvenda o Centro-Oeste

HELIO FRANCO

Além do Centro de Apoio, o professor Geraldo Moraes é coordenador de outro projeto que já está num estágio mais avançado, o Mapeamento Cultural do Centro-Oeste, também chamado de Macuco, uma ave do cerrado que está em vias de extinção.

"O Macuco surgiu de uma constatação", afirma Geraldo. "Nós observamos que a maioria dos trabalhos da região são voltados para o Centro-Oeste. Mas não havia uma unidade entre os trabalhos, algo que os amarrasse, que os viabilizasse. Como a UnB é a universidade mais estruturada da região, deveria partir dela a iniciativa de organizar e agrupar esses trabalhos".

"A intenção do Macuco é justamente sistematizar as produções voltadas para o Centro-Oeste, racionalizando os custos sem interferir diretamente no projeto", continua o professor. "A função principal é o levantamento de recursos para viabilizar as realizações, e depois a sua divulgação na região".

Parte dos recursos pode servir para subsidiar estudos e trabalhos didáticos. E também para resgatar o acervo cultural já existente". Conclui Geraldo Moraes.

As negociações com a reitoria para a implantação do Macuco já estão bem adiantadas. O projeto já foi aprovado e só falta o levantamento de recursos e a estruturação do espaço físico, que é simples. Ao contrário do Centro de Apoio, que pretende oferecer uma estrutura material de apoio, como salas de ensaio e equipamentos, o Macuco apenas direcionará os projetos como um todo.

E como isso será feito? Novamente é o professor Geraldo quem responde:

"Se nós conseguirmos, através de um convênio, que um laboratório revele negativos com 30% de desconto, qualquer cineasta que participar do Macuco terá esse desconto. Mas o Mapeamento Cultural, como o próprio nome indica, abrange todas as áreas de atuação cultural, do bumba-meu-boi ao cinema.